

FEMINISMO NEGRO SOB A ÓTICA DO FILME HISTÓRIAS CRUZADAS

Julia Monfardini Menuci¹

RESUMO: O texto utiliza o filme Histórias Cruzadas para informar a origem do movimento feminista e a segregação do movimento feminista negro, abordando elementos como a ideologia do casamento, a profissionalização feminina e as desigualdades raciais. Em que pese o feminismo se pautar nas reivindicações por igualdade de gênero, o movimento negro se separou de sua origem para buscar prerrogativas específicas para as mulheres negras uma vez que essas não detinham direitos primordiais que as brancas já haviam conquistado. A partir da literatura negra compreende-se que essas mulheres nunca foram frágeis e submissas porque padeceram da escravidão. A luta primária das negras é a sua própria humanização, tendo em vista que eram tratadas como objetos de posse dos Senhores de escravos e esse tratamento foi perpetuado. Ainda, a existência de classes sociais unidas ao racismo fez com que as mulheres negras sejam oprimidas duplamente, ocupando o último posto na hierarquia patriarcal-capitalista e padecendo de políticas públicas para diminuir as desigualdades.

Palavras-chave: Feminismo. Igualdade. Mulher. Negra. Raça.

1 INTRODUÇÃO

Durante um período significativo da caminhada humana as mulheres foram concebidas como sujeitos passivos, subjugadas, sem capacidade intelectual para atuar na via pública e com a vivência confinada ao espaço privado, em detrimento da dicotomia que segregava homens e mulheres, fomentada na cultura patriarcal e trazida até a contemporaneidade. A exclusão feminina se deu em inúmeros aspectos, e a união feminina, seguida da luta e resistência foi o caminho para a conquista de direitos que os homens já possuíam.

Desde os primórdios da composição humana em grupos, aos homens era permitido atuar na área pública, tomando decisões que iriam influenciar todo o corpo social. À mulher era considerada incapaz para aquele âmbito, devendo corresponder ao papel reprodutor atribuído a ela, mantendo-se no privado. A origem do movimento de

¹ Formada pelo Centro Universitário Franciscano, UNIFRA (RS). Advogada de Direito Civil e Previdenciário atuante no escritório Ramos e Bairros Advogados Associados (Santa Maria, RS). Especialista em Direito Processual Cível (FAVENI, ES). Mestre em Direitos Humanos (UNIJUÍ, RS). E-mail: juliamenuci@hotmail.com

mulheres é desconhecida, isso porque a luta feminina caminha lado a lado com a evolução histórica da sociedade, abarcando inúmeros períodos significativos. O que se sabe com certeza é que a união e a resistência feminina advém desde o início do patriarcado, e foi justamente por causa desses dois elementos que as mulheres evoluíram e conquistaram prerrogativas e espaços que lhes foram negados.

O movimento feminista surge em um momento em que as mulheres sofriam graves diferenciações de gênero, sendo necessário lutar por uma ordem social mais justa e igualitária. Ainda que a igualdade seja algo difícil de se alcançar, não só nos primórdios do movimento, mas como na própria contemporaneidade, muitas diferenciações sexuais foram minimizadas. O filme *Histórias Cruzadas* – escolhido para embasar o debate - demonstra como as mulheres pensavam e viviam na década de 60, período o qual se consolida o movimento feminista.

O movimento de mulheres se pauta nas diferenciações de homens e mulheres que por motivos biológicos e “naturais” faz com que a mulher seja rechaçada ao privado e mantida em escassez de poder. A classificação da inferioridade feminina advém desde o período rupestre, em que a organização humana estava dividida e a força física – masculina - era considerada fator determinante para a sobrevivência humana, em detrimento de atributos de confecção manual – realizado pelas mulheres. Uma vez superada essa fase evolucionista, esses papéis se mantiveram por longos períodos, até que as mulheres começassem a questionar seu lugar e sua função na sociedade.

Não só a desigualdade de gênero rege a sociedade, mas também o método liberal-capitalista que concentra grandes porções econômicas de capital nas mãos de poucos, marginalizando e deixando sem opções quem está fora desse grupo e mantendo a hierarquia do *status quo*. O negro é compreendido como inferior na sociedade brasileira desde o período escravocrata, padecendo de inúmeras questões atreladas à raça que permeia a desigualdade social ainda recorrente no Brasil. Mesmo findado o período de escravidão, o parecer social de outros tempos se perpetua. Aliada ao racismo, a desigualdade de gênero é um forte mecanismo para conservar o desequilíbrio social nas mãos do homem branco e rico.

Mesmo com o movimento de mulheres impulsionando modificações na legislação e na própria cultura social, as mulheres negras pouco se viam representadas nesse grupo visto que suas necessidades eram completamente distintas das mulheres brancas. O desenvolvimento desse trabalho utiliza-se de filme para embasar o método aqui escolhido, e abordar a temática feminista negra, exemplificando as teorias apresentadas aqui e que acompanham o texto de forma geral. A importância de demonstrar o surgimento e a consolidação do movimento de mulheres negras abarca não só a questão de gênero, mas sim, na própria discussão racial, possibilitando compreender o motivo da separação do movimento feminista negro e suas questões centrais.

2 PANORAMA DO FILME HISTÓRIAS CRUZADAS (*THE HELP*, 2011)

Histórias Cruzadas se passa nos anos 60 no Estado do Mississippi, Estados Unidos. A personagem de Skeeter, protagonizada por Emma Stone, conduz a narrativa e, apesar de ser crucial para o desenvolvimento da história, são as atrizes negras que se destacam. Viola Davis interpreta Aibileen Clark, babá durante toda a sua vida, cuidou de crianças brancas em casas de famílias abastadas. Aibileen perdeu seu único filho em um acidente de carro, fazendo com que ela remetesse seu amor e cuidado a outras crianças. “Aibe” trabalha para a família Leefolt, atuando como mãe da menina Mae Mobly, de 4 anos, essa atuação perpassa pelo processo de aprendizado de valores morais e éticos, bem como a própria nutrição e proteção da menina.

Skeeter sonha em ser jornalista, na procura por trabalho em Nova Iorque, lhe é requisitado que adquira alguma experiência antes de tentar um trabalho em jornais de peso na cidade. Retornando ao Mississippi, Skeeter é contratada pelo jornal local para escrever uma coluna sobre cuidados da casa e limpeza, fazendo com que recorra à Aibileen e sua amiga, Minny Jackson, para construir suas escritas. Minny também é cuidadora de crianças e trabalha na casa da senhora Hilly, uma mulher rica e racista que impõe limites à atuação de Minny em sua residência.

A perspectiva de Skeeter foge dos costumes da época, ela se sensibiliza com o tratamento inferior e racista dado às babás e decide escrever um livro sobre elas e seus

relatos de vida. O início do filme marca a trama, Skeeter pergunta à Aibelleen como é cuidar de outras crianças sabendo que seu filho está sem a mãe. Sem reação, Aibelleen relata que é natural e que é preciso fazê-lo para se sustentar em detrimento dos poucos recursos que os negros sempre padeceram, assim como na vida real.

A cultura da época espanta o espectador, o racismo está incrustado nas práticas sociais e tais costumes são passados às crianças, mesmo sendo criadas por pessoas negras, elas são ensinadas a perpetuar o tratamento degradante e humilhante que aprenderam com os pais. A personagem Hilly é a “vilã” da história, ela utiliza do racismo e de sua classe social abastada para perpetuar injustiças, instigando outras mulheres a agirem como ela e perpetuando a hierarquia branca.

As diferenças étnicas eram o alvo da segregação social, pautadas pela base legislativa que positivava a desigualdade negra, a lei ratificava o racismo. Dessa forma, por exemplo, os banheiros utilizados pelas empregadas eram construídos fora de casa, para que não houvesse o contato com o empregador e para não se perpetuarem doenças das diferentes etnias. Outro ponto relevante é que as empregadas não deveriam encostar na pessoa que estivessem servindo, de modo que deviam depositar os recipientes com comida na mesa, evitando o contato físico.

O objetivo central do filme relata o questionamento similar ao qual o movimento feminista procura responder: se o homem foi concebido e criado por uma mulher, porque quando atinge a fase adulta, se considera superior a elas? É exatamente essa temática que o filme aborda, se a criança branca é criada por uma empregada negra que faz o papel de mãe, porque então as diferenças raciais fazem com que o preconceito seja perpetuado, e ainda, porque essas crianças crescem e adquirem os mesmos hábitos racistas de seus pais?

Logo no início o filme mostra a realidade dos estadunidenses na década de 60, período em que o movimento feminista já havia conquistado algumas prerrogativas iniciais, como o sufrágio e a possibilidade da saída da mulher para o labor fora do espaço doméstico, mas consolidando a submissão feminina e a naturalidade da mulher para o casamento e a reprodução. Em um diálogo com Hilly, Skeeter comunica que vai escrever para o jornal local, Hilly e as amigas concordam ao sugerir que “o trabalho é a

última parada até o casamento”, afirmando, em seguida, que Skeeter deve conhecer um rapaz, rememorando um célebre livro que relata esse cenário, a *Mística Feminina*, de Betty Friedan (1971).

2.1 O PODER DO MACHO E A MÍSTICA FEMININA

A luta das mulheres equidade e as discussões sobre seu papel na sociedade, bem como sua atuação no espaço público, não se estancaram desde seu início com o movimento feminista. Enquanto que a primeira onda do movimento, no final do século XIX e início do século XX se ocupava com necessidades primárias de atuação social, como por exemplo, o direito ao voto e os direitos civis e políticos, desde a segunda onda feminista em 1960, as mulheres lutam pelo rompimento da dicotomia público/privada, que não permite a participação feminina no espaço público e pelo direito da profissionalização feminina, da mesma forma como os homens alcançaram a intelectualidade (BEAUVOIR, 1989).

Como bem coloca Betty Friedan em seu livro *Mística Feminina* (1971), após a explosão do movimento feminista, que levou as mulheres para as ruas em busca da conquista de direitos exclusivos de homens, ainda haviam muitas mulheres que não pensavam em ter uma vida fora da esfera doméstica. Embora o movimento não tenha se estagnado, com a ajuda da mídia e da parcela masculina que comandava a sociedade, as mulheres eram acometidas de medo e insegurança em deixar as tarefas domésticas e os filhos para trabalhar fora de casa, perpetuando a cultura do patriarcado.

Entende-se o patriarcado como a estrutura social que rege a sociedade há muito tempo, sendo concebido nos primórdios da organização humana e social. Com a evolução da espécie foram criadas táticas de sobrevivência, a força física era aspecto basilar para a humanidade e seu desenvolvimento. No início da organização social, os homens utilizavam-se de sua aptidão física para caçar e construir abrigo para o bando, a mulher descobriu-se ágil em trabalhos manuais e na prática da preparação dos alimentos, bem como na proteção e nutrição dos filhos (LERNER, 1990).

Essa divisão de habilidades e obrigações foi perpetuada em períodos históricos onde não mais a força era necessária, porém, o lugar da mulher foi conservado de modo

a deixar o homem sempre no comando da ordem social e mantendo sua hierarquia. Os costumes patriarcalistas emanavam que a mulher era incapaz de realizar qualquer ato sozinha, precisando ser representada por um homem, seja ele seu pai ou seu marido (LERNER, 1990).

A teoria da supremacia masculina crescia cada vez mais quando se reafirmava que a mulher era apenas um pequeno indivíduo no grande mundo do macho alfa, e que essa deveria ficar sempre à sombra desse macho para que pudesse ter um limitado espaço de participação na modulação da sociedade. A desigualdade de gênero é resultado de uma historicidade repleta de desigualdades que se tornaram bagagem cultural, e foi entendida como uma divisão natural dos indivíduos perpassando muitas civilizações, conceituando a mulher como estigma social, agente submisso, incapaz e passivo (PRAÇA, 1872).

A ideia da inferioridade feminina era tão difundida que esse discurso vigorou por muito tempo sem ser questionado. As mulheres também ajudaram a perpetuar parte do discurso de subalternidade uma vez que se mantiveram por séculos no local em que foram coibidas até o nascimento do movimento feminista, em consequência do patriarcado ser uma estrutura que se utiliza de elementos de autoperpetuação, assim como o sistema capitalista (LERNER, 1990). Pierre Bourdieu (1995) já lecionava que a imagem feminina é uma imagem colonizada. Isso é, a visão feminina de si mesma é adquirida através dos costumes e regramentos advindos do patriarcado, de modo que foi deveras difícil para elas se livrarem dessa classificação.

É possível afirmar que o tratamento desigual entre homens e mulheres se originou desde os povos mais arcaicos, no período da Antiguidade. Desde os primórdios as mulheres eram excluídas de atividades que somente envolviam os homens, como por exemplo, a atividade intelectual e os debates em praça pública. Em Roma, a partir do momento em que começam a surgir leis para reger a sociedade romana, a mulher já se encontra em local de inferioridade e nulidade, o sujeito principal da lei é o homem e, conseqüentemente, fez com que a discriminação feminina se tornasse legitimada. Na sociedade romana, a figura do *paterfamilias* era a regra, o homem dominante e chefe do poder familiar detinha todo o poder existente, a mulher solteira deveria se remeter a seu

pai, e a mulher casada a seu marido, corroborando a ideia de dependência feminina e demonstrando como a inferioridade feminina foi sucessivamente perpassada durante várias gerações (COLLING, 2000).

O discurso da inferioridade física das mulheres foi dissipado desde o princípio da formação social em um período rudimentar para a humanidade. De acordo com Safiotti (2002), em *O Poder do Macho*, na contemporaneidade a força física dificilmente irá balizar o desempenho de um ser humano em sua profissão, isso em virtude da revolução tecnológica que modificou e inovou as práticas de labor. Ademais, a força física é um elemento muito relativo na comparação das aptidões masculinas e femininas, pois varia de acordo com a altura, o peso, a massa corporal e até mesmo a estrutura óssea de cada indivíduo. A ideologia da inferioridade realmente acometeu as mulheres de forma integral, “até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua fraqueza” (SAFIOTTI, 2002, p. 12), de modo que essas mulheres acreditam fielmente em sua inferioridade, assumindo a si mesmas como seres menos competentes que os homens.

Heleieth Safiotti (2002) também rebate em seus escritos o discurso da falta da inteligência feminina, tendo em vista que as questões biológicas sempre foram utilizadas para inferiorizar a mulher. Um famoso argumento da subordinação feminina tange sobre a inteligência masculina, a qual seria deveras superior à feminina. Para Safiotti (2002) a inteligência, ou a capacidade cognitiva que a humanidade nomeou de inteligência, é uma aptidão que necessita de estímulos para evoluir assim como muitas outras no corpo humano. É uma questão lógica: o indivíduo que deixa o espaço privado e passa a integrar o público, tendo contato com outros sujeitos e realizando tarefas mais elaboradas do que o âmbito privado lhe proporciona, por óbvio, terá exercitado sua capacidade mental de forma superior ao sujeito que fica confinado nas paredes do lar, cuidando apenas dos filhos e das tarefas domésticas, como no caso da mulher.

“Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras” (SAFIOTTI, 2002, p. 14). Dessa forma, entende-se que a inferioridade feminina foi e ainda é uma construção social,

muito embora existam leis e mecanismos que tentam sanar as desigualdades de gênero, enquanto perdurarem os agentes que propiciam tais discriminações o poder ficará concentrado nas mãos masculinas, que temem perder sua supremacia sobre as mulheres.

Nos primeiros traços de direito positivado a mulher já se encontrava em desvantagem perante o homem. Desde a Antiguidade até o período Moderno a mulher sempre foi considerada frágil e secundária nas comunidades, não sendo compatível com sua natureza o intelecto e a capacidade da palavra. Desde o início dos tempos a mulher é condicionada a ocupar um lugar que na verdade nunca foi seu, pois o universalismo da desigualdade torna a figura feminina secundária, passiva, enquanto que o homem reafirma seu caráter unitário de poder, fundamentando-se em circunstâncias de caráter biológico para perpetuar a desigualdade. Todos esses comportamentos pré-estabelecidos chegam ao século XX com força, refletindo na mulher uma posição que nunca deveria ter sido sua, a de sujeito passivo (BEAUVOIR, 1980).

Segundo Betty Friedan (1971), a cultura em 1960 era de que as mulheres pertenciam a somente um lugar, o lar, e de lá não poderiam sair - até mesmo porque dificilmente iriam querer fazê-lo, visto que o espaço privado era concebido como o local onde se realizaria e se faria mulher. A imposição para a mulher se adequar à sociedade era de que administrasse a casa e os filhos, cumprindo o papel que lhe era imposto, sem questionar as demais opções que poderiam lhe parecer extravagantes, mas que na verdade, após o movimento feminista se propagar, se traduziriam na necessidade de igualdade material entre os sexos. Passando de geração para geração, as mulheres eram ensinadas de forma consciente e inconsciente que sua vivência não deveria ultrapassar as barreiras domésticas, resultando na submissão e subordinação das mesmas.

A premissa universal de que o papel da mulher no mundo era realizar-se como mãe e esposa continuava a ser mantida, obstaculizando a concretização dos desejos além do mundo doméstico. Muito embora nessa fase das conquistas femininas, “permitia-se” que as mulheres estudassem e entrassem no ensino superior, o conhecimento deveria parar por aí. Nem mesmo se concretizavam os estudos e a mulher deveria casar e ter filhos, quanto mais cedo melhor. No mesmo lugar onde se estudava filosofia, economia e matemática, também se encontravam atividades como corte,

costura e culinária, uma vez que adquirir o conhecimento seria inútil se a mulher não possuísse dotes para a vida familiar (FRIEDAN, 1971).

A influência da mídia foi fator determinante para que as mulheres permanecessem com os planos de serem somente esposas e reprodutoras, como fica nítido na coluna jornalística de Skeeter, onde a preocupação feminina era aprimorar suas habilidades domésticas. A ideia de que o melhor destino para uma mulher era viver sua feminilidade era imposta de tal modo que, ensinamentos de como usar eletrodomésticos, o que fazer para agradar um homem e casar com ele, decoração, beleza, e como cuidar dos filhos enchiam os jornais, ditando que uma mulher feliz não desejava seguir carreira profissional. Friedan (1971) relata que a média de idade com que ocorriam os casamentos era de vinte anos, diminuindo ao longo do tempo. Jovens recém entradas na puberdade já tinham pretendentes e moças de dezessete anos casavam antes mesmo de pensar em ingressar em de uma universidade.

O conceito de Mística Feminina, abordado por Friedan (1971), perpassava os aspectos sociais e individuais da mulher. Tal conceito se traduziria na feminilidade absoluta da mulher, de modo que sua beleza e elegância são apenas uma parte da ampla gama de atributos que ela precisaria ter para estar dentro da mística e, conseqüentemente, ser feliz. Por essa concepção, considera-se que a mulher é dotada de possuir atributos “naturais”, sendo influenciada por suas paixões e sentimentos, ao mesmo tempo que é submissa e meiga. Essas imposições fazem com que a mulher persiga um modelo inalcançável na busca por aceitação.

A mulher de 1960, muito bem retratada pelo filme, era a jovem que saiu da casa dos pais prendada, sabia cozinhar e costurar, cuidar da casa era sua função, com planos de casar, ela era inteligente, mas não mais que o futuro marido, resultando em uma ótima esposa e mãe dedicada, além de ser bela, recatada e do lar. Durante anos, acreditava-se que a mística era tudo o que as mulheres buscavam. Entretanto, essa ideologia foi empurrada e supervalorizada para formar empregadas dominadas e subordinadas ao homem. Para isso, o movimento feminista nasce e planta uma semente que jamais poderia ser exterminada.

As jovens que iam para as universidades, conheciam o gosto do conhecimento e acabavam com as (in)felicidades do casamento, porém, sempre desejando algo a mais. A insatisfação feminina crescia nos lares de todas as mulheres, mães e esposas que desejavam mais da vida do que levar os filhos para a escola e fazer o jantar. Ainda incerta, a busca por igualdade e significação da vida existia dentro de cada mulher, mesmo sem saber o que sentiam, as mulheres se uniram em debate e reivindicação na procura pelo preenchimento da ausência de um objetivo de vida (FRIENDA, 1971).

O filme demonstra como as mulheres precisavam ocupar seu tempo visto que trabalhar não era opção, porque incumbia ao marido fazê-lo. Ainda assim, o tempo livre era vasto, nessa situação, as personagens do filme se concentram em fazer caridade e bailes beneficentes para ajudar crianças carentes.

A libertação feminina estava e está só no começo, mas não há como negar que sair do exílio de casa é tornar-se emancipada intelectualmente e menos dependente. A dependência perante o marido e a própria família acarreta uma série de anulações da mulher na sociedade, pois a figura da mulher passa por uma ruptura, quebrando o paradigma atual e passando para novas lutas que são descobertas através da vida profissional. O simples cumprimento de um papel pré-estabelecido resulta na mulher enquanto coadjuvante, alguém que não participa das decisões coletivas efetivamente, mas está ali para cumprir o que lhe foi atribuído. Simone de Beauvoir (1980) escreveu um dos manuais do movimento feminista, *O Segundo Sexo*, através do qual analisou a participação secundária e privada das mulheres no corpo social.

A falta de atuação feminina na organização civil atual reflete o que foi plantado há séculos: a mulher reduzia ao seu corpo e à vida privada, foi enclausurada, porque fora do âmbito doméstico² seria muito perigoso alçar voos, afinal, a mulher não teria essa capacidade. O funcionamento da sociedade foi positivado em manuais recheados de desigualdades de gênero, uma vez que, sob o argumento de uma hierarquia “natural” as desigualdades se tornam “aceitáveis” porque “sempre foi assim”. As diferenças do tratamento entre homens e mulheres eram esmagadoras retirando qualquer possibilidade da mulher no espaço público. A partir do descontentamento que a vida restrita

² Âmbito doméstico é conceituado como local privado, o lar, que não está aberto para o público.



proporcionava, começa-se a questionar a “naturalidade” dos desígnios sociais, os quais criaram a dicotomia público/privado (PATEMAN, 1993).

O empoderamento foi um processo árduo para as mulheres, muitas delas não adquiriram a consciência de mulher capaz e empoderada e, ainda hoje, no século XXI, reproduzem a ideologia machista contra elas próprias, porque isso lhes foi passado da cultura patriarcal que é imposta. Muitas mulheres não conseguem falar por si, visto que aderiram ao modelo mulher-mãe-esposa e não imaginam como pode ser a vida fora desse paradigma. A percepção feminina vista pelas próprias mulheres é equivocada, segundo Pierre Bourdieu (1995), pois a visão que tem de si próprias é uma visão distorcida e colonizada. Justamente por esse fator, o meio inicial de voz das mulheres no corpo social foi a escrita, espaço onde ela puderam falar sobre suas necessidades e clamar por mudanças. Através da escrita, as mulheres começaram a sair da bolha do lar a elas imposta e dão início à rebelião mais marcante de sua história: o movimento feminista.

Assim, se a mulher estava condicionada ao âmbito privado, sendo previamente estipulado que deveria se recolher em seu íntimo, como poderia então tentar participar da vida pública? A saída da escuridão feminina abarca muito mais do que vez e voz, pois busca o fim do patriarcado. Porém, esse sistema não estava – e não está - aberto para a igualdade e a dualidade, fazendo resistência ao movimento que surgiria da união das mulheres (LERNER, 1990).

As desigualdades, não só de gênero, mas também de classe e de etnias, são permeadas pelo poder. Esse elemento faz com que existam comandantes e submissos, pois o poder está atrelado a muitos outros fatores, para além das fronteiras do próprio feminismo. É verdade que não há somente mulheres dominadas e homens dominadores, o oposto também é recíproco, ocorre que uma mulher sempre será dominada por um homem em alguma esfera, ainda que ela seja estritamente profissional ou pessoal. Esse fato demonstra que as relações entre homens e mulheres estão completamente baseadas no poder que cada um exerce em algum âmbito. O movimento feminista expandiu suas fronteiras de reivindicações quando assentou que as desigualdades de gênero possuem outros vieses de discriminação que não só o sexismo. A divisão da sociedade em

classes, implicando em um desequilíbrio econômico e social, possibilitam a subordinação da mulher perante o homem, assim como a religião e a raça integram esse cenário de classificação e marginalização dos sujeitos (SAFIOTTI, 2002).

A inferioridade feminina e o racismo são relações de poder que se manifestam e se perpetuam na sociedade por um longo lapso temporal, estabelecendo diferenciações qualitativas sobre as distinções biológicas. Estes preconceitos se mantêm vigentes porque atuam como um estigma através do qual todos que estão em um rol de discriminação, como os negros e as mulheres, “de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e aos homens, passam a acreditar em sua própria ‘inferioridade’” (SAFIOTTI, 2002, p. 29). Em vista disso, resta clara a edificação da inferioridade feminina pelo fato de que não existem superiores sem os inferiores, “logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. Mulher dócil é a contraprestação do homem macho” (*ibden*, p. 29).

2.3 A PLURALIDADE DO MOVIMENTO FEMINISTA: REIVINDICAÇÕES BRANCAS E NEGRAS

Como já explanado, o movimento feminista através da união entre mulheres para pôr fim à hierarquia socialmente estabelecida entre homens e mulheres. Entretanto, como demonstra o filme, o racismo das mulheres brancas é motivo de lutas internas. Por isso, revela-se crucial compreender os motivos que impulsionaram o surgimento do “*black feminism*”. Além da discussão de gênero, as mulheres negras precisavam se reafirmar em uma sociedade racista. Quando o movimento feito pelas próprias mulheres abarca questões predominantemente brancas, afastando a possibilidade de pluralidade dos sujeitos que integram esse movimento, é o momento das mulheres negras, que não se sentiam representadas, saírem da generalidade e falarem por si mesmas (DAVIS, 2016).

O movimento feminista negro compreende que a mudança social deve partir de um corpo civil menos sexista, classista e racista, que limita a participação da mulher negra no espaço público. Partindo da premissa que o machismo oprime a mulher em virtude do masculino, a opressão das mulheres brancas para com as negras se manifesta

na exploração da força de trabalho, na criação de estereótipos eurocêntricos, seja de padrões de beleza ou padrões intelectuais, na retirada das possibilidades de atuação da mulher negra e na capacidade de conquistas em detrimento do abuso e sofrimento das pessoas negras. O movimento feminista não conseguiu abarcar com sucesso a narrativa e questionamentos das mulheres negras, pois pautado na igualdade e irmandade feminina, muitas vezes oculta a relação de poder de raça que se manifesta entre mulheres brancas e negras. Assim, fez-se necessário separar o movimento, dando real valor e destaque à demandas das mulheres negras (DAVIS, 2016).

O movimento feminista negro se origina nos EUA dos anos 60 em contraponto a dois outros movimentos: o Movimento dos Direitos Civis, cujo líder era Martín Luther King, de cunho sexista, e o Movimento Feminista, segmentado pelo racismo. O feminismo, ainda que buscasse muitas prerrogativas para as mulheres brancas, não abarcava a luta das mulheres negras. A segregação racial também influenciou diretamente esse movimento uma vez que negros e brancos foram discriminados de forma institucional nos EUA. Exemplificando a necessidade da união das mulheres negras, o famoso discurso de Sojourner Truth em 1851, intitulado “*Eu não sou uma mulher?*”, por meio do qual relata a objetificação da mulher negra e sua consequente desumanização:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (ADICHIE, 2012).

O discurso demonstra os resultados da colonização branca e da desconsideração da mulher negra, uma vez que sua própria identidade é questionada quando a cultura machista atua e persuade a identidade feminina, mas ainda sem englobar a mulher negra, que não é considerada “mulher” justamente pelo cunho racista que a coletividade está pautada. O discurso de Truth comprova que a situação da mulher negra distinta da realidade vivida pela mulher branca. Desse modo, enquanto as brancas estavam lutando

por direito ao voto e à profissionalização, as negras estavam buscando sua humanização, que lhes foi retirada em virtude da escravidão. Embora as relações de poder entre os sexos sejam um fator em comum a todas as mulheres, existem algumas diferenças que se sobressaem e que as divide, essas especificidades fazem com que a luta por direitos já conquistados pelas mulheres brancas seja a primeira deficiência a ser sanada em virtude do racismo e da desumanização em que as mulheres negras são vistas no corpo social.

Angela Davis (2016) relata que ainda que as mulheres brancas tenham cooperado na campanha antiescravagista, elas jamais saberão a complexidade da existência da mulher negra escrava. Suas experiências durante o período da escravidão, incluindo o trabalho braçal demasiado e as constantes violações sexuais por qual passavam, nunca serão contempladas pelas mulheres brancas. A autora aponta a forma diferenciada com que as mulheres negras eram tratadas durante e após a escravidão. A submissão e a fragilidade nunca foram características atribuídas às mulheres negras, visto que elas trabalhavam tanto quanto o homem negro, sofrendo das mais variadas atrocidades.

Dessa forma, outros aspectos de luta que entram em conflitos de interesses entre as mulheres e seus movimentos é a desconstrução da feminilidade, fator tão almejado pelas brancas. Essa desconstrução não era foco das mulheres negras, pois elas nunca foram contempladas pelo estereótipo de fragilidade. As mulheres negras eram exploradas na mesma medida que os homens negros no período escravocrata, contudo, na exploração sexual eram elas as que mais sofriam, demonstrando assim que durante sua caminhada o feminismo buscou direitos e debateu questões que se identificavam somente as mulheres brancas.

Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão—trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamento e estupros—as encorajam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 50)

Durante a reivindicação e repercussão do movimento sufragista, Davis (2016) aponta para o momento exato em que o movimento feminista negro decide emergir.



Quando se dá a busca pelo voto feminino, as mulheres brancas concordam com os homens quando se decide que os homens negros não devem votar pois não possuem “capacidade” para tanto. Observando que as diferenças interracialas ditam regras na sociedade americana, as próprias mulheres brancas, segregadas socialmente, tomam partido de uma atitude desigual e corroboram com os homens quando relatam que os negros não possuem aptidão para votar, justificando que se essa prerrogativa fosse estendida a eles as mulheres negras seriam oprimidas, não possuindo esse direito, sendo justo que os negros de forma geral não alcançassem tais prerrogativas.

Safiotti (2002) já lecionava que nem todas as mulheres são submissas e nem todos os homens são ditadores, a recíproca sempre poderá ser verdadeira. Davis (2016) corrobora com essa ideia, apontando que para ganhar a ajuda dos Estados da nação, as feministas brancas excluía as mulheres negras de eventos e congressos, pelo motivo de sabermos que não era interesse de toda a pátria a interação racial. Essas acepções são frutos de um feminismo ordenado para a conquista de direitos que não são realmente universais, tampouco atingiriam toda uma classe desprivilegiada, abarcando somente as mulheres brancas e demonstrando o viés limitador do movimento feminista.

Djamila Ribeiro, mulher negra escritora do blog Carta Capital e pesquisadora, relata que as feministas brancas tratam da questão racial como irrelevante, como disputa, obstruindo o avanço social das mulheres e reproduzindo modelos de opressão racial, avocando o papel de opressoras, justamente a figura que tentavam combater. A escritora indica que o pensamento racista brasileiro foi construído a partir da colonização, pois o negro escravizado era taxado de inferior, levando à população negra a necessidade de lutar e buscar seus direitos, principalmente as mulheres negras que lutam por uma nova visão social e pela notoriedade da palavra. Na sociedade, até mesmo na busca por trabalho as mulheres negras sempre ficam em segundo lugar se comparadas às brancas. Esses aspectos resultaram na divisão do movimento por motivos óbvios: a cor ainda influencia as condições e oportunidades de vida que uma mulher terá.

Segundo Lélia Gonzalez (1984) as feministas brancas que se denominavam progressistas e de esquerda, negaram o significado e o peso da raça e seu impacto nas



vidas de mulheres negras, além de hesitantes em relação à discussão sobre raça por causa da sua própria cumplicidade com a dominação racial imposta pelo modelo capitalista de classes.

A luta do movimento feminista negro contra o racismo está diretamente relacionada à divisão de classes do sistema capitalista. Ora, se as mulheres negras possuem menos oportunidades que as mulheres brancas, e se os negros ainda sofrem do racismo, é obvio que as mulheres negras são marginalizadas duplamente em uma sociedade machista, patriarcal e racista. Embora o movimento feminista buscasse a emancipação das mulheres, as negras ainda não alcançaram boa parte das prerrogativas que as mulheres brancas já conquistaram. A marginalização da mulher negra faz com que ela seja excluída do planejamento estatal e das políticas públicas direcionadas às necessidades de mulheres brancas. Direitos Humanos e de cidadania, em tese conquistados pelas mulheres de todo o mundo, ainda não abarcam a grande parte das mulheres negras.

Lélia Gonzalez (1988) relata que o racismo tem muitas formas, e que muitas vezes ele pode estar disfarçado. A teoria da miscigenação, principalmente em território brasileiro, tem seu aporte na premissa de que em sua maioria, o brasileiro é uma mistura de raças, como índios, africanos, portugueses, e que por si só não deveria cultivar o racismo porque suas raízes são mestiças, fazendo com que todo brasileiro tenha um pouco de cada etnia. Essa teoria faz com que o racismo se esconda em nosso país, como se a aglutinação de origens fizesse o brasileiro não ser racista.

De acordo com o pensamento de Gonzalez (1988), outro aspecto que se destaca no racismo brasileiro é a tentativa de “branqueamento” da população. Dizimando a cultura africana, impondo padrões brancos e costumes colonizados, a ideologia do branqueamento é internalizada, o simples fato de não chamar a cor de uma pessoa de negra, mas sim de “negrinha” “morena” “mulata” é a tentativa de minimizar e atenuar uma característica pessoal modificando a cor da pele. O capitalismo como organização econômica, política e social, fez com que o feminismo negro fosse ainda mais necessário, sendo acertada a separação do movimento entre brancas e negras visto que as reivindicações se distinguiam. A mulher negra é marginalizada por consequência de

ser produto do sistema colonial de gênero/etnia, esse sistema hegemônico tenta colocar as mulheres em uma antítese de igualdade excludente dos demais sujeitos sociais.

A intersecção³ de elementos como cor de pele e classe social faz com que a opressão e a violência perante as mulheres negras seja basilar na relação mulher negra-Estado. A representação errônea da mulher se dá por três caracterizações: a mulata, a empregada doméstica e a mãe preta. Esses três vieses podem ser contemplados pela figura da mucama, mulher negra escrava que trabalhava nas casas burguesas como arrumadeira e cozinheira e muitas vezes objeto sexual dos Senhores donos de escravos, traduzindo o papel da mulher negra no Brasil refletido na contemporaneidade, prospectada na televisão e em outras mídias como doméstica estereotipada, fazendo com que essa função fosse o auge da mulher negra (GONZALEZ, 1984).

Tratando de estereótipos, Stuart Hall (2016) conceitua como uma prática significativa na representação social negativa, abarcada pela diferença racial. Ela é capaz de desenvolver estratégias para corroborar a divisão étnica, ditando o que é considerado “normal e aceitável”, quando tudo que não se encaixa nesse padrão é considerado fora da linha de normalidade. Para que esses estereótipos sejam enraizados em uma comunidade é preciso de muita desigualdade econômica e de poder, fazendo com que a coerção cultural e simbólica seja entendida como única regra social, marginalizando todos que não se adequam a ela.

A objetificação da mulher sempre foi alvo de combate do movimento feminista, mas, analisando a caminhada do movimento negro é evidente que a objetificação da mulher negra é intensa e desumanizadora. Por muito tempo na história a mulher negra foi considerada literalmente objeto de troca e venda. Vista como uma serviçal para as mais variadas funções, as imagens criadas para as negras são formas de controle do grupo, normatizando que essa mulher é subalterna a qualquer tipo de trabalho indo contra seus próprios Direitos Humanos, ou seja, em pleno século XXI os Direitos Humanos das mulheres negras ainda são infringidos ou simplesmente não efetivados, realidade ignorada por muitas mulheres brancas (HALL, 2016).

³ O termo interseccionalidade foi atrelado à luta feminista negra por Kimberle Crenshaw em 1989, o vocábulo remete à junção de fatores excludentes de igualdade, como classe social, raça, sexo. Traduzindo-se por formas de opressão que criam vulnerabilidades sociais.

Embora em sua origem se relacione com o movimento de mulheres, o feminismo negro evoluiu, devido à falta de pluralidade e da representação a mulher negra, que decidiu contar sua história e reivindicar por suas necessidades. A escrita foi uma grande aliada para essas mulheres, uma vez que as experiências eram passadas entre as gerações. A partir da aceitação do feminismo negro, as mulheres se viram representadas e unidas lutar contra todas as relações de poder. Assim, começaram a criar a literatura negra feminista saindo das obras basilares do feminismo branco, como *O Segundo Sexo*, o qual não relatava a veracidade da vivência negra. A escrita foi um fator tão positivo para a disseminação do movimento negro que a escritora e pesquisadora Chimamanda Adichie (2012) menciona que era feminista mesmo antes de saber sobre o que o termo se referia:

Ensinaamos as meninas a se encolherem para se tornarem ainda mais pequenas. Dizemos para as meninas ‘você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Senão você ameaça o homem.’ Porque sou do sexo feminino esperam que eu almeje o casamento, esperam que eu faça as escolhas da minha vida sempre tendo em mente que o casamento é o mais importante. O casamento pode ser uma fonte de alegria, amor e apoio mútuo. Mas por que ensinamos as meninas a almejar ao casamento E não ensinamos a mesma coisa para os meninos? Criamos as meninas para serem concorrentes. Não para empregos ou para realizações, que eu acho que podem ser uma coisa boa, mas, para a atenção dos homens. Ensinaamos as meninas que não podem ser seres sexuais, da mesma forma que os meninos são. Feminista - uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos (ADICHIE, 2012, p. 38).

Portanto, como demonstrado no próprio filme e no trabalho em questão, a mulher sempre ensinada a almejar o segundo lugar, fica na sombra do homem. Frágil e feminina, a mulher ideal deve ser criada para permanecer no lar enquanto os homens tomam o espaço público. Ademais, as mulheres negras padeceram/padecem de uma dupla desigualdade em virtude da raça e do gênero. Elas precisam lutar até hoje pelo reconhecimento e pelos direitos que as mulheres brancas já adquiriram, nessa busca, a luta pela humanização é o objetivo que, ainda nos dias atuais, move o movimento feminista negro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do filme *Histórias Cruzadas* que demonstra como as mulheres negras eram excluídas e rechaçadas em uma sociedade feminina que estava iniciando

suas conquistas dentro do movimento feminista, a separação do movimento se mostra imprescindível uma vez que as necessidades da mulher negra se sobressaem em um cenário que generaliza as próprias mulheres. Mesmo após a conquista significativa de prerrogativas para as mulheres brancas, sendo o direito de voto e a possibilidade de trabalhar fora de casa, as mulheres negras ainda eram deixadas de fora da classificação “mulher” justamente pela diferenciação étnica que essas mulheres sofrem desde os primórdios civilizacionais.

A mulher negra detinha necessidades distintas das mulheres brancas, figuras abastadas que não conheceram o preconceito racial e que lutam por direitos de sua realidade. A mulher negra nunca precisou lutar pela desconstrução do estereótipo de fragilidade feminina porque nunca foi tachada como tal. Essa mulher é equiparada ao homem negro, pois foi abusada e escravizada de inúmeras formas que as mulheres brancas não poderiam entender.

A diferenciação de classes em uma sociedade que é deveras desigual faz com que os indivíduos que possuem menores condições econômicas sejam marginalizados e os obrigam a se submeter a condições desumanas de trabalho e vivência. O próprio sistema capitalista aufere que a posse de capital deverá reger quem está em evidência social e detém poder para mudar os cenários a seu favor.

Uma vez que a lei era ratificada para perpetuar a diferenciação entre as etnias, quem fosse possuidor de menor grau em relação à economia estabelecida na sociedade sempre padeceria de direitos e políticas públicas. A mulher negra não partilhava de direitos similares à mulher branca, tampouco almejava as mesmas coisas que elas. Essa mulher lutava ainda pelas necessidades primárias que não eram atreladas a sua figura, justamente pela cor da pele. É importante ter ciência que o movimento feminista originário não estava lutando pelo direito de voto das mulheres negras, porque ele seria o divisor de águas entre homens e mulheres negras, sendo que ambos não deveriam possuir esse direito.

Se a mulher é desigual perante o homem, as mulheres negras sofrem duplamente com essa máxima visto que as negras eram tidas como inferiores perante as mulheres brancas. Sua luta começa muito antes da possibilidade de votar, ela começa no



momento em que as mulheres negras precisam ser consideradas seres humanos, e assim terem oportunidade de voz social. No momento em que a mulher negra é marginalizada e excluída das contribuições do movimento feminista branco, ela se encontra descartada socialmente, sendo esquecida pelo poder público, não alcançando visibilidade social. A opressão social que partia do movimento feminista branco era similar à que as mulheres brancas sofriam em comparação aos homens, dessa forma, conclui-se que figuras oprimidas também podem ser opressoras, como é o caso das mulheres negras.

Diante de tudo que foi exposto, o surgimento do feminismo negro se mostrou necessário não só no passado, mas continua a ser mantido na contemporaneidade. Assim como as lutas feministas de um modo geral não estão concluídas, a luta da mulher negra se encontra dirigida para as diferenças sociais que perpetuam a desigualdade de gênero e raça, fazendo com que a necessidade de combater esses dois elementos seja cada vez maior. De modo que as desigualdades de gênero ainda existem e tratam a mulher como ser inferior ao homem, as busca das mulheres negras por direitos iguais é fortificada por leis e política públicas que se dirigem a este grupo. Portanto, tendo o feminismo avançado, bem como o feminismo negro, a luta desse último grupo ainda é árdua em virtude do caráter racista em que a sociedade global está inserida.

REFERENCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **Sejamos Todos Feministas**. Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Difusão Européia do Livro. Editora Difusão Européia do Livro. 6ª Ed. São Paulo, SP. 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Observações Sobre A História Das Mulheres**. In: As Mulheres e a História. Editora Dom Quixote. Lisboa, Portugal. 1995.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras Da Diferença Raça E Mulher No Brasil**. Estudos Feministas. 2000. CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. São Paulo: 2001

COLLING, Ana Maria. **A Construção Da Cidadania Da Mulher Brasileira**. Editora UNIJUÍ. Ijuí, 2000.



DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Editora Boitempo. Rio de Janeiro, 2016.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Editora Vozes Limitada. Petrópolis, RJ. 1971.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo E Sexismo Na Cultura Brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

_____. **A Importância Da Organização Da Mulher Negra No Processo De Transformação Social**. Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Editora Apicuri. Rio de Janeiro, 2016.

LERNER, Gerda. **La Creación del Patriarcado**. Tradução Mónica Tusell. Editora Crítica, Barcelona. 1990.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993.

PRAÇA, J.J. Lopes. **A Mulher E A Vida Ou A Mulher Considerada Debaixo Dos Seus Principais Aspectos**. Livraria Portuguesa e Estrangeira. Coimbra. 1872

SAFIOTTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. Editora Moderna. São Paulo, 2002.